

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: ESP Class.: 05
 Data: 14/08/79 Pg.: 11

Incrá dará prioridade a questões de terra no Acre

Da sucursal de BRASÍLIA

A situação fundiária do Acre, que está atravessando um período crítico com o agravamento das tensões envolvendo seringueiros, colonos sem terras e seringueiros que querem regularizar áreas acima dos limites permitidos por lei, está sendo estudada pelo Incra, cujo presidente Paulo Yokota visitou o Estado nos últimos dias. O Acre, garantiu, por não dispor de qualquer tipo de programa de ocupação receberá atenção especial do governo, pois as tensões sociais geradas pelos problemas fundiários estão preocupando os próprios órgãos de segurança.

Yokota esteve reunido, em Rio Branco, com representantes da Igreja, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e deputados que, com unanimidade, manifestaram a preocupação desses setores sobre a situação de milhares

de colonos e seringueiros que se estão concentrando na periferia dos centros urbanos à espera de terras para assentamento. O presidente do Incra teve, ainda, de dar explicações sobre a desativação de parte do projeto Pedro Peixoto, onde seriam assentados estes colonos ainda sem terra. A área de Pedro Peixoto foi desapropriada em 1976, mas, agora, o Incra decidiu devolver as terras que já contavam com benfeitorias a seus antigos proprietários.

"De forma alguma — garantiu Yokota — o Incra pretende beneficiar os empresários dessa região, mas sim deslocar os projetos de colonização para áreas mais férteis, situadas entre os municípios de Sena Madureira e Feijó. O projeto Radam Brasil indica que a área de Pedro Peixoto não é propícia ao desenvolvimento de atividades agrícolas. Por este motivo, pretendemos regularizar apenas a situação das famílias que já estão lá,

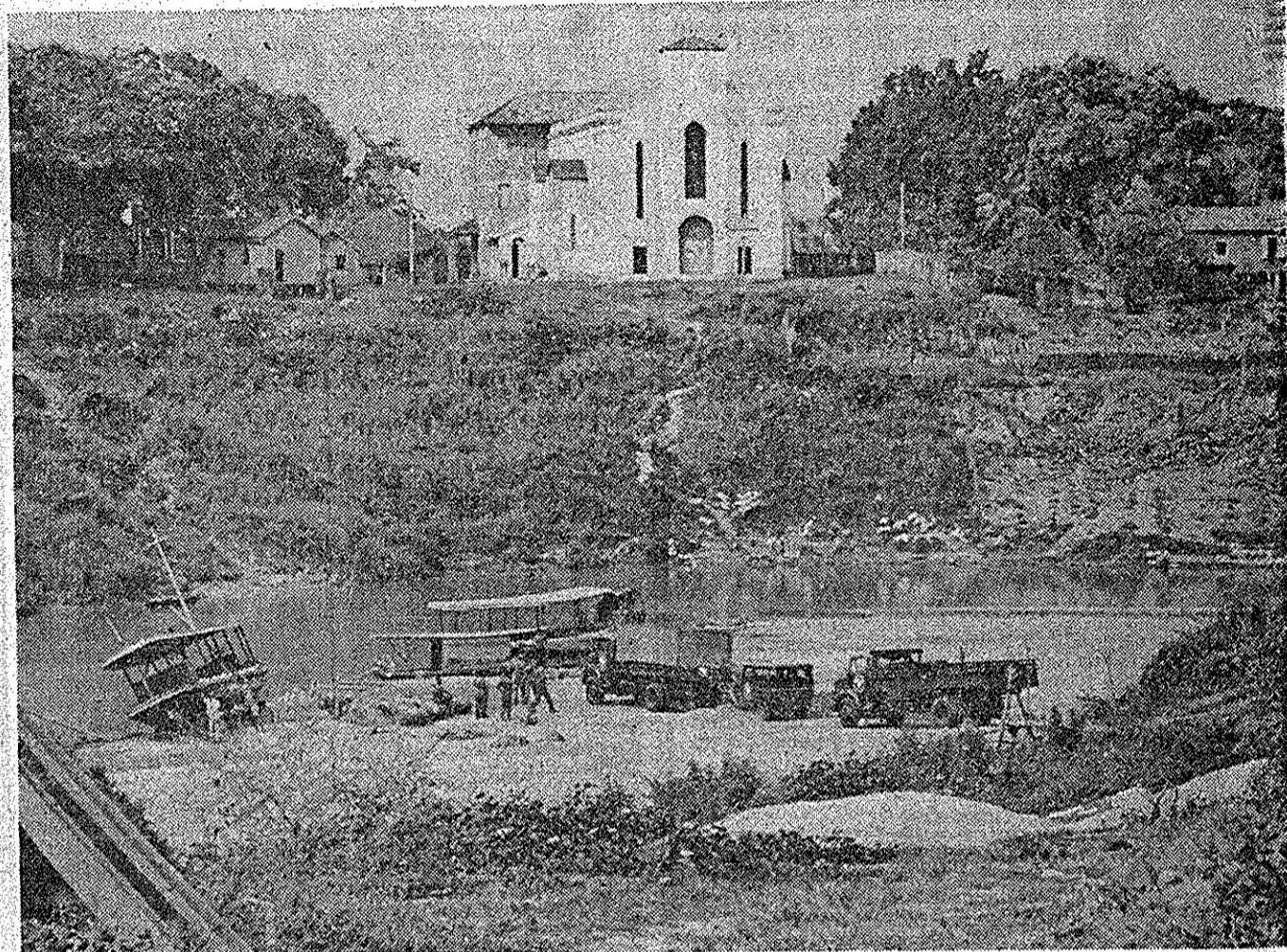
deslocando as demais para outros projetos."

Ainda em Pedro Peixoto, o Incra deverá doar uma área de 40 mil hectares ao governo estadual para desenvolver um projeto de colonização na base da seringa e cacau. "Antes de mais nada — acentuou Yokota — pretendemos realizar o zoneamento territorial do Acre para a colocação em mapas das áreas destinadas a reservas indígenas, parques florestais e ecológicos, florestas nacionais e de renda, pois é impraticável orientar a ocupação do Acre sem determinar a vocação das diversas áreas."

A falta de um planejamento adequado, segundo denúncia apresentada pela Igreja ao Incra, está dando origem ao êxodo rural forçado e a um clima de insegurança e até medo por parte dos trabalhadores rurais envolvidos em conflitos constantes com os investidores e grileiros de terras.

"Nos arredores de Rio Branco — acentura o documento entregue a Paulo Yokota pelo bispo do Acre-Purus, dom Moacyr Grechi —, existem vários seringueiros densamente povoados, como o Catuaba, Humaitá e Nova Empresa, nos quais houve diversos despejos de posseiros e, inclusive, mortes".

O documento defende a manutenção da desapropriação de toda a área de Pedro Peixoto e de novas terras na região proposta pelo Incra entre Sena Madureira e Feijó. "A desapropriação viria assegurar a permanência de muitas famílias de trabalhadores que já estão na terra, viabilizando a ocupação das áreas restantes por famílias que se deslocariam da cidade para o Interior ou mesmo retornariam da Bolívia para cultivar terras no Brasil. Segundo os dados, os brasileiros que têm atravessado as fronteiras para Bolívia e Peru, por falta de trabalho no Brasil, chegam, no Acre, a 45 mil."



As tensões motivadas por disputas de terra no Acre já preocupam os órgãos de segurança

Um dos objetivos é ajudar seringueiros

O presidente do Incra afirmou, durante a visita ao Acre, que o Estado enfrenta, atualmente, além dos problemas ligados a uma ocupação desordenada, a decadência da atividade extrativa da borracha, que deverá ser substituída, aos poucos, pelos cultivos da seringa e do cacau.

"Estamos certos — afirmou Yokota nos diversos contatos mantidos em Rio Branco — que não podemos transformar de uma hora para a outra seringueiros em agricultores. A idéia que temos é de criar condições para que estes seringueiros possam por mais tempo desenvolver a atividade extrativa, em áreas reservadas do próprio Incra que serão mantidas intocadas."

A proteção da atividade dos seringueiros foi defendida também pela Igreja que atribui a expulsão desses trabalhadores dos seringueiros, onde viviam há vários anos, a súbita valorização das terras no Acre. Com a chegada dos empresários do Sul do País, elas começaram a ser vendidas pelos seringueiros para a implantação de projetos agropecuários. Dados extra-oficiais indicam que, de 1969 a 1975, cerca de 80% das terras do Estado foram vendidas a investidores do Centro e Sul do País.

A venda dessas terras, quase todas caracterizadas por uma cadeia dominial confusa, envolvendo documentos emitidos pelo governo da Bolívia, do Peru e do Brasil, é outro problema que deverá agora ser solucionado pelo Incra. No caso específico da regularização de seringueiros, o Incra está estudando uma série de alternativas já que o limite máximo permitido por lei é de 60 mil hectares no Estado, embora existam seringueiros que se dizem proprietários de áreas de até um milhão de hectares. Este limite é menor no município de Rio Branco, permitindo a regularização de no máximo 33 mil hectares. O departamento fundiário do Incra está analisando a possibilidade de complementar as terras regularizadas com áreas anexas que seriam arrendadas ao seringueiro.

A situação é bastante complexa, pois a lei só beneficia os seringueiros que

comprovem por meio de documentação a ocupação e exploração efetiva da área desde 1926. Além da situação dos seringueiros, o Incra vai estudar caso por caso a situação das demais terras, pois há denúncias de falsificação de títulos, vários deles conseguidos na Bolívia que depois são passados para o registro de imóveis. Outras vezes são registradas, escrituras de compra e venda de propriedades sem títulos públicos originais.

PROGRAMA

Durante sua viagem ao Acre, o presidente do Incra acertou com o governo do Estado não só a realização do zoneamento territorial, que estará concluído até o final de setembro, mas a implantação de projetos de assentamentos em diversas áreas para diminuir os problemas sociais dessa região. Ficou definido o assentamento rápido de 1.500 famílias no período 1980/1982 que se encontram em ocupações espontâneas ao longo dos eixos rodoviários dotando essas áreas de infraestrutura de apoio ao desenvolvimento social dos ocupantes e suas famílias.

Paralelamente será desenvolvido um programa de assentamento polarizado — nove módulos de 240 famílias no período 1980/1982 — atendendo a pequenos produtores rurais que serão assentados em torno dos núcleos urbanos. Estes projetos visam à produção auto-sustentada de alimentos básicos e hortifrutigranjeiros, possibilitando a exportação de alimentos e melhoria do nível de renda da população interiorizada.

No período 1980/1984 está prevista a implantação de nove módulos de 120 famílias, por meio do programa de ação conjunta de cooperativas e do Incra nas regiões de Sena Madureira e Feijó numa área em torno de 2 milhões de hectares.

Além desses programas, serão alocados recursos especiais para a construção de vias de acesso às áreas de colonização, pois um dos principais entraves para a ocupação efetiva do território tem sido a precariedade do sistema viário. O problema é agravado pela falta de pedras no Acre necessárias a estas obras.